

GABINETE DO  
VEREADOR NEY PIRES

**PROJETO DE LEI Nº.        /2024**

Cria o cadastramento para o bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing, dá outras providências no Município de Aquiraz.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIRAZ APROVA:**

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Aquiraz, o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de *Telemarketing*.

§ 1º O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de *telemarketing* ou estabelecimentos que utilizem este serviço efetuem, de forma não autorizada, ligações telefônicas, envios de mensagens eletrônicas por meio de sinal telefônico ou pela rede mundial de computadores - *internet* e similares, para os usuários nele inscritos.

§ 2º Para efeitos desta Lei, considera-se *telemarketing* a modalidade de oferta ou publicidade comercial ou institucional de produtos ou serviços mediante ligações telefônicas.

Art. 2º Compete ao Instituto Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon Aquiraz, implantar, gerenciar e divulgar aos interessados o cadastro, a partir da publicação desta Lei, bem como criar os mecanismos necessários à sua implementação.

Art. 3º A inscrição no cadastro será realizada pelo usuário, no *site* do Procon Aquiraz, que deverá informar nome completo, CPF – Cadastro de Pessoas Físicas e o telefone a ser cadastrado.

§ 1º O usuário poderá cadastrar somente linhas telefônicas registradas em seu nome, respeitando o limite máximo de três números.

§ 2º Incluem-se, nas disposições desta Lei, os números de telefones fixos e os números de telefonia móvel em geral.

§ 3º A qualquer momento, o usuário poderá solicitar o seu desligamento do cadastro.

Art. 4º As pessoas descritas no § 1º do art. 1º deverão acessar o cadastro de que trata esta Lei, a fim de tomar conhecimento dos usuários inscritos.

Art. 5º A partir do trigésimo dia do ingresso do usuário no cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao § 1º do art. 1º não poderão efetuar ligações telefônicas e enviar mensagens eletrônicas destinadas às pessoas inscritas no cadastro ora criado.

Art. 6º Enquanto vigorar a relação de consumo, as empresas de que trata esta Lei, que mantiverem operações econômicas com o usuário cadastrado, ficam excluídas da vedação legal, exceto para a venda e a divulgação de novos produtos ou serviços.

Art. 7º O usuário que receber ligações, após o trigésimo dia da data do ingresso no cadastro, poderá registrar ocorrência do fato junto ao Procon Aquiraz, informando o dia, horário, número da linha que recebeu o chamado, nome da empresa prestadora do serviço e, sempre que possível, nome do atendente, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 8º O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator às sanções previstas na [Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor](#) - CDC.

Art. 9º Estão isentos do cumprimento das disposições desta Lei:

I - as organizações de assistências social, educacional, religiosa e hospitalar sem fins lucrativos, portadoras do título de utilidade pública e que atuem em nome próprio, como entidade chamadora da ligação telefônica; e

II - os órgãos governamentais.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIRAZ, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.**



**Vereador Ney Pires – PV**

## **JUSTIFICATIVA**

A análise da temática abordada neste trabalho é fundamental para o município de Aquiraz, onde o PROCON desempenha papel essencial na defesa dos direitos dos consumidores locais. Aquiraz, com seu cenário crescente de desenvolvimento e turismo, atrai consumidores que demandam maior proteção e atendimento especializado em suas relações de consumo.

Neste contexto, o PROCON Aquiraz atua como órgão mediador, garantindo que práticas abusivas e irregularidades sejam identificadas e tratadas de forma eficaz, promovendo um ambiente de consumo seguro e justo. O fortalecimento desse órgão e o aprofundamento dos conhecimentos relacionados às suas funções são fundamentais para ampliar o acesso à justiça e assegurar que os direitos dos consumidores locais sejam respeitados.

Este projeto, portanto, visa contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao consumo em Aquiraz, oferecendo uma análise detalhada que pode servir de base para futuras ações do PROCON Aquiraz e para o fortalecimento das práticas de proteção ao consumidor na região.

**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIRAZ, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.**



**Vereador Ney Pires – PV**